



# NOTA DE IMPRENSA

## FALTA DE LIMPEZA NO CONCELHO DE ALMADA?

Posicionamento da Comissão Sindical do STAL da CM Almada

**O Executivo da Câmara Municipal de Almada não pode *sacudir a água do capote*. A responsabilidade é da sua política privatizante sem real reforço de meios humanos e técnicos.**

O STAL não está surpreendido com a legítima indignação dos munícipes com o estado em que estão as ruas de Almada. Esse estado não resulta de um acaso de circunstância com a repentina falta de civismo dos almadenses ou dificuldade de contratação de trabalhadores.

**O STAL, desde 2018 que reivindica o reforço de meios humanos e técnicos para a limpeza (despedimento de 51 trabalhadores neste ano).** Entenda-se que a limpeza tem várias dimensões que importa considerar. Falamos da varredura (cantoneiros e motoristas), falamos de motoristas e cantoneiros para a recolha mecânica e tudo o que suporta tecnicamente a missão levada a cabo por estes trabalhadores.

A Câmara Municipal adquiriu novas viaturas com maior tonelagem e tecnologia mais avançada para a resposta mas em simultâneo diminuiu o número de viaturas disponíveis para os circuitos, criando maior sobrecarga nos meios técnicos disponíveis.

O Executivo da Câmara Municipal veio dizer, em Reunião de Câmara do passado dia 15 de Julho do presente ano, que ficaram concursos vazios para a limpeza mas não concretizou bem o que isso significa. O STAL clarifica. Os concursos vazios, a terem existido foi para contratação de empresas porque para trabalhadores que integrem os serviços da recolha de resíduos sólidos não repõe sequer o número de trabalhadores a realizar trabalho de efectiva recolha, isto é, retirando os processos de lavagem de viaturas, reparação da contentorização, entre outras áreas de suporte, necessárias ao desempenho do core, a efectiva recolha do lixo (cantoneiros e motoristas).

**Se fizermos as contas ao número de trabalhadores afectos ao sector, ele até aumentou mas não foi na resposta directa ao problema que é hoje colocado pelos munícipes.**

Como o STAL tem referido, a **CM Almada investe muito no parecer e pouco no ser.**

É claro que o STAL não ignora a sociedade de consumo desenfreado em que vivemos, que aumenta a produção de lixo, o aumento da especulação imobiliária em Almada com remodelações a acontecer a um ritmo acelerado. Mas **na opinião do STAL essa constatação obriga ao reforço de pelo menos dois aspectos que importam considerar:**

**1. Reforço de meios humanos e técnicos e com isso o reforço da autonomia da resposta, reduzindo a exposição deste serviço ao interesse privado;**

**2. Lançamento de campanhas e criação de vias de comunicação ágeis que permitam a gestão dos resíduos orgânicos, indiferenciados e selectivos em articulação com a AMARSUL. Estas campanhas devem ter carácter formativo e não punitivo, o munícipe tem de ser um aliado e não um ser pronto a punir.**

O STAL acha que da dialéctica entre estes dois factores resulta a capacidade da Câmara Municipal em aludir à responsabilidade cívica dos munícipes. **Como é possível falar directamente para os munícipes quando o Executivo não cumpre a sua parte,** criando proporcionalidade de meios com as circunstâncias, transferindo para todos nós a responsabilidade da situação?

**Ninguém Quer Ir Para a Limpeza? Porque será?**

**O Executivo da Câmara Municipal de Almada também faz reflectir a sua atitude nos trabalhadores,** que faz questão de elogiar nas redes sociais mas que lhes recusa a **Opção Gestionária** desde 2018 (progressão em menos 4 anos), recusa pagar o **Suplemento de Penosidade e Insalubridade** pelo nível elevado a todos os trabalhadores deste sector, retira-lhes a possibilidade de colocar os seus filhos, prioritariamente, na **creche e jardim de infância** 1º de Maio, retira as valências do **Serviço de Saúde Ocupacional** (psiquiatria, urologia, oftalmologia, consulta da mulher, dermatologia, medicina geral, entre outras), quando lhes retira a possibilidade de **frequentar um refeitório a baixo custo e com a gratuidade da sopa.**

**O Executivo da Câmara Municipal de Almada está a tratar os munícipes na mesmíssima lógica com que trata os trabalhadores.** Não há serviço público de qualidade sem a valorização de quem o presta.

Os serviços operacionais ligados à limpeza, assim como de outras áreas como espaços verdes e parques urbanos, calçada, asfaltamento, sinalização de trânsito, escolas (pessoal não docente), estão no limite e isso está a reflectir-se de uma forma muito negativa em praticamente todas as frentes. Reina o absentismo em resultado de sobrecarga funcional com acidentes de trabalho e reincidências, doenças profissionais e esgotamento psicológico.

### **E qual é a solução para o problema apresentado?**

**Para o Executivo da Câmara Municipal de Almada é a privatização dos serviços**, onde se destaca a tentativa de imposição da **transferência de competências** para a Junta e União Freguesia do Concelho de Almada. Esta transferência de competências é apenas a transferência de um problema. Não há nenhuma evidência ou estudo prévio que comprove que essa transferência resolve o problema.

O principal argumento para a sua aplicação, não obrigatória, é o da proximidade. Ora a proximidade serve para questões reactivas e não de intervenção coesa num território. Para que isso aconteça é necessária uma estrutura que dê, ambiental e tecnicamente resposta. A incongruência do argumento é tanta que fez o inverso daquilo que ele próprio afirma, fechou a secção de limpeza e espaços verdes do Laranjeiro e colocou todos os operacionais em Vale Figueira também em virtude de uma operação imobiliária que nunca acautelou os interesses dos munícipes no que a limpeza e espaços verdes respeita.

Voltamos a afirmar e continuaremos a combater a transferência de competências do Estado Central para os municípios mas também dos municípios para as Juntas e União Freguesia, em si, significará a privatização destes serviços por dificuldade autónoma da resposta da Junta e União Freguesia.

### **Por último, apenas uma nota acerca da diferença entre o serviço público autónomo e o serviço público prestado na lógica privada através da contratação pública de serviços privados.**

Quando há um problema fora do normal no território, os termos do contrato estão definidos e, a menos que haja acordo entre as partes para alterações, o Município fica refém da rentabilidade da resposta. Na resposta autónoma, a anormalidade da circunstância tem inerente a possibilidade de mobilização de meios próprios para com base no interesse público poder dar a resposta necessária.

O Executivo da Câmara Municipal de Almada recusa esta autonomização em virtude dos interesses que defende e estes, estão além dos interesses dos munícipes, estão de mãos dadas com interesses privados em torno dos serviços públicos.

**Infelizmente já sabemos, hoje, da aprovação em Reunião de Câmara do passado dia 16 de Setembro do presente ano de 3 milhões e 400 mil euros para a contratação de serviços privados na Recolha de Resíduos. Quantos trabalhadores e meios técnicos significariam estes montantes. É a prova do que aqui acabamos de expor e denunciar.**

O STAL dará a mais forte oposição a esta matriz que está caduca. Pelo reforço de meios nos serviços públicos e pela valorização dos trabalhadores.



A Comissão Sindical da Câmara Municipal de Almada

23 Setembro de 2024